

## Caminhos do convívio entre autoridades coloniais e indígenas em espaços fronteiriços do Vice-Reino do Brasil

KARINA MOREIRA RIBEIRO DA SILVA E MELO\*

**Resumo:** Nos primeiros anos do século XIX, projetos de defesa e expansão de fronteiras foram elaborados por agentes do governo e particulares nos limites entre o vice-reino do Brasil e o vice-reino do Prata. Eles foram empreendidos tendo em vista a participação indígena junto aos serviços militares e a utilização de sua mão de obra e conhecimentos sobre o território e nas lidas com o gado. Uma das principais questões em jogo era a reorganização política de espaços limítrofes vinculada à necessidade de definir aspectos sobre a liberdade dos índios e o destino de suas terras e bens. Espalhados em distintos arquivos, registros de cunho administrativo, legislativo e militar evidenciam aspectos importantes sobre o processo histórico de formação dos Estados argentino, brasileiro e uruguaio. Os vínculos políticos e identidades profissionais forjados pelos indígenas revelam estratégias desenvolvidas com o objetivo de sobreviver física e culturalmente em um contexto de profundas transformações sociais.

**Palavras-chave:** histórias indígenas; fronteira platina; autoridades coloniais.

### Paths of conviction between colonial and indigenous authorities in border spaces of the Viceroyalty of Brazil

**Abstract:** In the early years of the 19th century, border expansion and defense projects were drawn up by government agents and individuals on the boundaries between the viceroyalty of Brazil and the viceroyalty of Prata. They were undertaken with a view to indigenous participation in military services and the use of their labor and knowledge of the territory and in dealing with livestock. One of the main issues at stake was the political reorganization of bordering spaces linked to the need to define aspects of indigenous freedom and the fate of their lands and goods. Scattered in different archives, administrative, legislative and military records show important aspects of the historical process of formation of the Argentine, Brazilian and Uruguayan states. The political bonds and professional identities forged by the indigenous people reveal strategies developed with the objective of physically and culturally surviving in a context of profound social transformations.

**Key words:** indigenous stories; platinum border; colonial authorities.



\* KARINA MOREIRA RIBEIRO DA SILVA E MELO é Professora Adjunta do Curso de História na Universidade de Garanhuns (UPE) - Campus Garanhuns.

### Planos, cartas e projetos de Santiago de Liniers (1803-1804)

Em 1801, sete dos trinta povos das chamadas Missões Jesuíticas do Paraguai foram conquistados para a capitania do Rio Grande de São Pedro, a mais austral do vice-reino do Brasil. Santiago de Liniers foi designado para assumir o cargo de governador dos povos situados à margem ocidental, sob administração do vice-reino do Prata, em 1803. Santiago era irmão do conde de Liniers. Ambos exerciam carreira militar e estavam atentos às oportunidades de participar de redes de comércio e fazer fortuna naquelas terras que eles consideravam repletas de recursos humanos e naturais mal utilizados. Os irmãos eram de origem francesa, mas prestaram serviço para a Coroa espanhola em distintos lugares. Santiago participou de campanhas militares na África na década de 1780. Em 1795, já no comando da esquadra de Montevideú, que guardava a capital de ataques estrangeiros e, sobretudo, de investidas inglesas ao comércio ilegal, recebeu o título de capitão de navio. Em 1802, manifestou ao comandante militar daquela cidade o desejo de se mudar com sua família para Buenos Aires. Em maio do mesmo ano, depois de instalado na capital portenha, escreveu ao vice-rei do Prata, Joaquim del Piño, lamentando-se de que se encontrava em difícil situação financeira devido ao “malogrado estabelecimento que meu irmão, o conde de Liniers, veio a planificar nesta cidade” (GONZÁLEZ, 1946, p. 18).

A promessa de boa demanda e oferta da fábrica de tabuletas de caldo carne que os irmãos fundaram em Buenos Aires não vingou<sup>1</sup>. Pode ser que Santiago

buscasse na capital portenha, uma nova oportunidade de negócios no ramo de comércio, indústria, ou na ocupação de novos cargos políticos. Assim, não deixou de ressaltar que, apesar de ter optado por se retirar de Montevideú, seus serviços poderiam ser de alguma utilidade para o governo de Buenos Aires. Naquele contexto, posterior à perda de 7 dos 30 chamados *Pueblos de Misiones* para o domínio português, o governo do vice-reino do Prata procurava remediar a situação da fronteira, que se mostrava incapaz de reagir em caso de novas investidas. Em 1801, quando houve a conquista, a fronteira com as missões orientais contava com apenas um destacamento, pouco mais que uma dezena de soldados. Tão logo foi designado para o cargo de governador do território missioneiro, Liniers fixou residência no Povo de Candelária.

Ele buscou resguardar a fronteira com a capitania do Rio Grande e torná-la apta à defesa. Ponderou que a região estava desguarnecida militarmente e solicitou auxílios diretamente ao vice-rei, que o investira naquele cargo (BEVERINA, 1935, p. 437-443). Interagiu com os habitantes locais, entre eles o *cura* do Povo de São Lourenço, refugiado em

---

quaisquer pessoas que passavam tempo prolongado a bordo de navios, alimentando-se de maneira precária. Durante longas viagens, como as que cruzavam o Atlântico ou costeavam os continentes, a base da alimentação a bordo costumava ser carne salgada e bolachas salgadas, estas últimas também chamadas de biscoitos do mar. Devido à ausência prolongada de vitamina C nas dietas – presente em frutas, verduras e legumes frescos – tripulantes e passageiros costumavam contrair escorbuto. A falta da vitamina C torna deficitário o processo que confere mais solidez ao colágeno, uma das principais proteínas estruturais do corpo humano. As tabuletas de caldo de carne, ricas em colágeno, supriam a defasagem da vitamina ajudando a prevenir a doença.

---

<sup>1</sup> As tabuletas serviam, além de alimento, como remédio para prevenir e tratar o escorbuto, doença comum entre marinheiros e

Candelária. Através do padre, Liniers soube que os indígenas estavam arrependidos da negociação estabelecida com os portugueses “e desesperados, pois não somente os oprimem em tarefas, sem gratificar-lhes: lhes roubam seus gados e cavalos e os têm sem alimentos” (AGNA. Sala IX-18-3-3, Misiones (1803-1804), Candelária, 9 de junho de 1803). Concomitantemente, de acordo com o religioso, temendo uma fuga em massa, os portugueses os coagiam anunciando que caso os espanhóis voltassem a dominar o departamento de São Miguel, suas condições poderiam ainda ser piores. Assim concluía que os índios preferiam permanecer em domínios portugueses.

Santiago de Liniers se interessou enormemente pelo relato do padre Bernardo Montañéz. Deu parte detalhada dele ao vice-rei do Prata e foi ver de perto a quantas andavam os Povos e os indígenas sob o governo da capitania do Rio Grande de São Pedro (AGNA, Sala IX-18-3-3, Misiones (1803-1804), Candelária, 15 de março de 1803). Através dos informantes e das saídas de campo que efetuou pessoalmente, constatou que em seis dos sete Povos não havia fortificações preparadas para participar de uma eventual guerra. Soube que o comando da fronteira estava menos cuidadoso. A inquietação com o constante fluxo de indígenas entre os limites havia diminuído depois que a intensa circulação dos índios e o descontrole sobre sua mobilidade espacial foram atribuídos a uma ação de Tomás de Rocamora entre os ‘infiéis’. Além disso, parte das vaquejadas estava suspensa devido à falta de cavalos. Oportunamente, então, o governador de Misiones pediu ao pároco que fizesse saber aos índios que a Coroa espanhola estava disposta a admiti-los novamente como “seus vassallos, considerando bastante castigo as vexações que têm

experimentado” (AGNA, Sala IX-18-3-3, Misiones (1803-1804), Candelária, 15 de março de 1803).

Ao mesmo tempo em que convidou indígenas dos Povos missioneiros do lado oriental do rio Uruguai, para que voltassem a ser vassallos da Espanha, buscou fazer chegar “recursos de *maestranza*”, bem como diversos tipos de armamentos vindos da praça de Montevideu, para instruir aos do lado ocidental. Elaborou um arrojado projeto para arregimentar soldados e habilitá-los a usar armas de fogo (AGNA. Sala IX-18-3-3, Misiones (1803-1804), Candelária, 29 de março de 1803). Tais planos eram entendidos por ele como uma chave para fortalecer a defesa das fronteiras contra os ataques e as investidas de estrangeiros. Para executá-lo, no entanto, era fundamental que “os naturais” fossem devidamente treinados, pois em seu conceito, era raríssimo encontrar um deles que soubesse como utilizar tais armas, “que servem como a luz ao cego, a harmonia ao surdo e a eloquência a um mudo” (AGNA. Sala IX-18-3-3, Misiones (1803-1804), Candelária, 29 de março de 1803). Um tanto tergiverso e outro tanto difuso neste comparativo, Liniers, talvez sem perceber, o retificou ao considerar que não seria difícil encontrar em Misiones “os índios que serviram na guerra passada na Artilharia e nas lanchas de força sob meu comando” (AGNA. Sala IX-18-3-3, Misiones (1803-1804), Candelária, 29 de março de 1803). Ou seja, em ocasiões recentes, os indígenas haviam servido em forças regulares e milicianas, e não apenas sob seu comando, é preciso ressaltar, mas também sob o de outras autoridades militares a serviço de Portugal e da Espanha, como foi o caso da conquista de 1801.

De todo modo, o projeto de Santiago Liniers não era exatamente o que se

pode chamar de inovador. Arregimentar, utilizar os conhecimentos indígenas para realizar combates e treiná-los para o serviço militar são práticas que remontam às conquistas empreendidas por boa parte dos particulares e agentes coloniais na região platina. O projeto contava com o envio de artilheiros, infantes e Dragões a serem contratados e distribuídos em cada um dos Povos missioneiros para ‘ensinar’ aos índios como ser soldado operando armas de fogo. Os recrutas, concentrados no Povo de Apóstoles, “seriam adestrados no manejo de canhão de batalha, obus e fuzil” (AGNA. Sala IX-18-3-3, Misiones (1803-1804). Candelária, 29 de março de 1803). Depois de cumprida a etapa de treinamento, o governador planejava criar em cada um dos Povos sob seu comando, uma companhia de artilharia e atiradores. Um dos grandes entraves para executar o plano, no entanto, dizia respeito ao financiamento das vinte e três companhias situadas do lado ocidental do rio Uruguai. A solução proposta, também não muito inventiva, veio através da iniciativa que, como expôs Julio César González, complementava o plano (GONZÁLEZ, 1946, p.41).

Santiago de Liniers, baseando-se nas *Leis de Indias*, que estabelecem que os índios ausentes dos Povos de Misiones deveriam pagar tributo proporcional ao obtido de sua indústria ou trabalho pessoal, propôs a cobrança de quatro pesos e meio ao ano a cada uma das famílias em trânsito. Fiado nas notícias que obtinha através de seus informantes, calculava que a arrecadação dos impostos seria suficiente para financiar seu projeto de recrutar os índios que ficaram nos Povos, através do tributo cobrado àqueles que estavam fora deles. Meticuloso quanto aos critérios elaborados para tornar o projeto realizável, fixou para o cobrador dos

impostos uma comissão no valor de três por cento do total recebido. O indicado para o cargo era o diretor dos Correios de Arroio de la China, localidade onde índias e índios realizavam os mais variados trabalhos. Era também um dos principais fazendeiros da região e aquele que empregava o maior número de indígenas nas lidas de sua propriedade (AGNA. Sala X-18-3-3, Governo de Misiones (1803-1804). Candelária, 29 de março de 1803). Ademais, de acordo com o projeto, os indígenas ‘fugidos’, estabelecidos em Buenos Aires, Montevideú, Santa Fé e Corrientes seriam todos taxados e cobrados da mesma maneira. Aqueles que não contribuíssem seriam conduzidos aos seus Povos de origem, destinados aos trabalhos públicos, “com a mortificação de um grilhão” (AGNA. Sala X-18-3-3, Governo de Misiones (1803-1804). Candelária, 29 de março de 1803).

Apesar do empenho em cumprir o propósito de defender e guarnecer as fronteiras, palco de tantos embates entre portugueses, indígenas e espanhóis, este novo projeto também não deu certo. Algumas das razões para o insucesso, ele tentou explicar ao final de seu mandato como governador. A despeito da notória parcialidade e tendência comum em atribuir aos costumes dos índios o fracasso de políticas de controle e ordenamento social, não parece difícil perceber que o “grilhão” com o qual Santiago Liniers intencionava limitar a circulação dos índios não combinava com as diretrizes enviadas ao vice-reino, que buscavam reiterar, através de uma Real Cédula em 1803, a “liberdade” que lhes havia sido concedida em 1800, através do decreto do vice-rei marquês de Avilés. Diante das conflitantes medidas administrativas oriundas de diferentes instâncias de poder, em junho de 1804, quando Santiago de Liniers estava prestes a entregar seu cargo,

achou por bem escrever uma carta ao rei da Espanha sobre o conteúdo e significado da R.C. de 1803 (Museu Mitre. Arm. B, C. 29, P. 1, N° de Ord. 18. “Representación al rey pelo capitán de la Real Armada D. Santiago Liniers, sobre as Misiones tapes y guaraníes de las que era gobernador interino”. Candelária, 06 de julho de 1804)<sup>2</sup>. Ao sublinhar e propagandear sua experiência junto aos indígenas, estendeu “algumas reflexões sobre aquele particular” que tratava da “liberdade dos naturais desta Província”. A “felicidade e progresso dos índios” estavam “muito distantes da realidade”, pontuou Santiago de Liniers. A concessão daquela “liberdade parcial”, asseverou, não havia incentivado mais do que ao vício e ao abandono dos preceitos religiosos, além de exasperar os conflitos entre aqueles que não desfrutavam de tal prerrogativa. Depois da liberação de algumas famílias do regime de comunidade decretado por Avilés, continuava Liniers, indígenas consumiram o gado de suas estâncias, e muitos deles, sem nenhum conhecimento sobre agricultura, acostumados a uma vida sedentária, não estavam aptos a trabalhar e a viver civilizadamente por si sós. Estavam inabilitados às lidas de “laboriosos lavradores” ou de “homens campestres”. No departamento de Santiago, exemplificou, casas sem porta e sem janelas eram “moradias de índios livres, que se acharam povoando os sítios mais remotos e mais solitários do distrito do Povo”. Isto é, para Santiago de Liniers, “a felicidade e progresso dos índios” não possuía qualquer ligação com “a liberdade dos naturais desta Província”, ao contrário, vincula de modo explícito

<sup>2</sup> Doravante este documento será referido como *Representación*, tanto no corpo do texto como nas notas de rodapé. Os trechos consecutivos que estão entre aspas e sem referência são desta mesma fonte.

a “felicidade e progresso” dos índios ao trabalho que deveriam realizar em frentes agropastoris e militares e à condição negativa de sua liberdade.

Operações discursivas como estas servem a um propósito, entre outros importantes para o bom êxito das diretrizes políticas coloniais para a acumulação de capitais: ordenar, legalizar e viabilizar o uso das terras e da mão de obra indígena. Tais operações ocorreram em diferentes regiões das Américas, mas as motivações guardam certas semelhanças. Através de uma pesquisa que relaciona poder, comércio e terras indígenas, o historiador Daniel Richter questiona o argumento utilizado por agentes do governo e religiosos em “instruir” grupos indígenas “na agricultura e em outros conhecimentos úteis” (RICHTER, 2013, p. 228). Afirmar a miséria e o estado de fome generalizado de grupos indígenas – cujas terras eram necessárias à construção de uma nova ordem –, como escreviam em seus relatórios, também fazia parte de uma elaborada estratégia na qual “insistir que aquelas pessoas estavam malvestidas e mal alimentadas era um notável triunfo de uma construção ideológica” (RICHTER, 2013, p. 228). É interessante refletir, ainda de acordo com Richter, sobre as maneiras pelas quais este tipo de relatório e suas construções retóricas se desdobraram em análises equivocadas sobre quem eram os índios e que tipo de problema eles enfrentaram quando buscavam assumir o controle de seus territórios no contexto de surgimento de novas repúblicas.

Nesse sentido, é preciso considerar que um dos pontos cruciais que estavam em jogo, depois da liberação de algumas famílias do regime de comunidade pelo vice-rei do Prata em 1800, após a conquista de sete dos trinta povos

missioneiros para a Coroa portuguesa em 1801 e no advento da R.C. de 1803, era a reorganização política do espaço missioneiro estreitamente vinculada à “necessidade de definir a liberdade dos índios e a sorte dos povos de Misiones” (MAEDER, 1992, p. 206). O governador da Província missioneira se referiu às imensas riquezas e recursos disponíveis naquele território de:

24.000 léguas quadradas de superfície, ainda que se tirem 4.000 pelo espaço que ocupam os rios, banhados e terras estéreis, e que supondo somente quatro indivíduos por cada família, se acham 8.000 famílias às quais (em suposição que todas se dedicassem à agricultura, o que é meramente impossível) se repartisse a cada uma Aveles légua quadrada de terra resultariam sempre 12.000 vacantes (dupla extensão da Inglaterra que mantém 5.500.000 habitantes), que distribuídas a colonos inteligentes produziriam mais riquezas que as minas de Potosí: proposição que ainda que pareça um paradoxo se pode demonstrar e calcular até a evidência (Museu Mitre. Arm. B, C. 29, P. 1, N° de Ord. 18. “Representación”. Candelária, 06 de julho de 1804).

O governador de Misiones fez cálculos sobre a quantidade de terras disponíveis e em seu aval, mal aproveitadas. Confrontou o enorme espaço missioneiro às proporções territoriais daquela que se consolidava como uma potência comercial e experimentava uma revolução industrial que demandava grande quantidade de matéria-prima e mercado consumidor, a Inglaterra. Arrolou diversos cultivos que poderiam tornar a Província rica, entre eles o algodão, a erva-mate, o tabaco, o ruibarbo e o caraguatá, este último conhecido também como erva-do-gentio, uma espécie de bromélia com

propriedades medicinais, citou “o famoso bálsamo extraído do arbusto chamado aguaribaí” (Museu Mitre. Arm. B, C. 29, P. 1, N° de Ord. 18. “Representación”. Candelária, 06 de julho de 1804), também chamada gualegüay. Todos estes conhecimentos foram adquiridos como resultado de sua experiência junto aos indígenas.

No documento de autoria do governador os índios aparecem como personagens principais, responsáveis pelo atraso da economia na Província. São abundantes as descrições sobre o “caráter, índoles e inclinações” (Museu Mitre. Arm. B, C. 29, P. 1, N° de Ord. 18. “Representación”. Candelária, 06 de julho de 1804) daqueles a quem, durante o exercício de seu cargo, Liniers havia se dedicado a observar. O militar e político de origem francesa, não economizou considerações, opiniões e julgamentos sobre os habitantes “naturais”, cujas ações frustraram seus planos de governo e, quem sabe, inviabilizaram as oportunidades de negócio ele vislumbrava. Segundo havia notado, “no tempo que estou vivendo entre estes índios”, “seus princípios na fé são geralmente muito duvidosos, e todo exterior, e conservam várias práticas supersticiosas que denotam demasiado sua inclinação às práticas de culto de seus antepassados, apesar dos incessantes cuidados dos *curas* em destruí-los” (Museu Mitre. Arm. B, C. 29, P. 1, N° de Ord. 18. “Representación”. Candelária, 06 de julho de 1804).

Como se percebe, as descrições feitas por Liniers também não são muito destoantes de boa parte dos relatos de administradores, religiosos ou leigos, no que tange à reiteração da recalcitrância dos índios. Imagino que não precisemos nos alongar neste ponto, e sim, apreender do relato de Liniers um

costume praticado por colonizadores, herdeiro de velhas tradições não-indígenas: a assunção discursiva e aparentemente inconteste, sobre a inaptidão dos índios ao trabalho devido à sua cultura, associada ao enorme empenho em controlar e ordenar a sociedade da qual faziam parte. Logo, esta era a causa principal do “escandaloso abandono” em que se achava a região: o insistente “atraso” dos índios que se entregavam aos vícios, ao abandono da religião sempre que possível, à luxúria e ao ócio (Museu Mitre. Arm. B, C. 29, P. 1, N° de Ord. 18. “Representación”. Candelária, 06 de julho de 1804). Todos esses pormenores estão presentes no relato de Liniers, pouco inovador, como já dissemos, em termos de testemunhos sobre a ineficácia de certos métodos de controle empreendidos por agentes de governo em diferentes partes das Américas em processos de transição para uma nova ordem política:

Se seria igualmente adequado para as condições do século XIX de dominação dos EUA, e se a pressão implacável de colonos brancos em migração para o oeste estava em dúvida, não era porque os “vermelhos” baseavam-se, de algum modo, em padrões antigos de comportamento, mostrando uma inexplicável estima pela selvageria, ou modos livres de viver da caça, ou por que eram inaptos a se adaptar a circunstâncias de mudança. (Nenhum grupo nativo que sobreviveu à carnificina demográfica, militar, e econômica poderia ser acusado desta última falha). Se a fome surgiu, não seria literalmente por falta de comida. Ao contrário, seria porque o projeto de [Thomas] Jefferson expropriou sistematicamente seus territórios de caça e os privou da oportunidade de produzir bens comercializáveis para

trocar por manufaturados ou dinheiro (RICHTER, 2013, 249).

Contudo, a principal questão trazida por Liniers era a ponderação sobre o fato de o marquês de Avilés, ao perceber o estado de devastação e decadência em que se achava parte da região missioneira, “começou a dar a liberdade a alguns índios”, informado por pessoas “sem nenhum conhecimento destas missões” (Museu Mitre. Arm. B, C. 29, P. 1, N° de Ord. 18. “Representación”. Candelária, 06 de julho de 1804)<sup>3</sup>. Ou seja, o cerne do problema não dizia respeito apenas aos recursos naturais disponíveis na região, que poderiam enriquecer a província e o vice-reino, mas à utilização da mão-de-obra dos indígenas. Apesar de considerá-los inaptos ao trabalho, entre outros motivos, pelo fato de seguirem conservando alguns dos costumes de seus antepassados, Liniers assegurou que com “este novo sistema” proposto pela R.C. de 1803 e a ratificação da condição de ‘liberdade’ dos índios, “estão perdidas estas *Misiones*”. Com esta forte afirmação, Liniers demonstrava a importância da mão de obra dos indígenas. “Não se trata menos do que da sorte de trinta e três mil vassalos de V. M., só nos quatro departamentos de Candelária, Santiago, Concepción e Yapejú e de vinte e quatro mil léguas quadradas do mais rico solo de seus vastos domínios”, contestou o governador. “Em várias necessidades deste continente”, percebia ele, “alistaram muitos milhares de soldados bem disciplinados, armados, municionados, e montados à costa dos Povos, levando até seus víveres e medicinas”.

<sup>3</sup> Todos os trechos deste parágrafo foram retirados desta mesma fonte: (Museu Mitre. Arm. B, C. 29, P. 1, N° de Ord. 18. “Representación”. Candelária, 06 de julho de 1804).

Isto é, mesmo ao reiterar pareceres tão distintos como a inaptidão dos indígenas para o trabalho e as vantagens de seu recrutamento para o serviço militar, as entrelinhas dos relatórios, projetos e planos de governo enviados por Santiago de Liniers às mais altas autoridades coloniais nos permitem perceber que, oposto ao que se anuncia, a mão de obra indígena seguia sendo importante para os negócios e a política do vice-reino do Prata. Mais do que isso, é perceptível a grande preocupação sobre a autonomia coletiva e individual dos indígenas na prestação de serviços e na administração de bens missioneiros imóveis e semoventes.

Liniers contestou as disposições do fiscal protetor dos índios da Audiência de Buenos Aires. Posicionou-se contra os indígenas serem capatazes das estâncias missioneiras, contra sua liberdade de comercializar sem a presença de outros negociantes nos *Pueblos de Misiones*, contra o cultivo de terrenos e plantações como próprios de cada um deles, por exemplo. Sobre este último item, considerava que seria penoso para os índios serem obrigados a deixar suas roças e seus ofícios para atender às propriedades de comunidade. Considerava mais apropriado que se mantivessem em seus negócios e fossem capazes de pagar os tributos que lhes eram cobrados, assim como deveriam deixar a cargo de agentes do governo a administração e o manejo das estâncias e de todos os bens que possuísem. Sobre os indígenas serem capatazes de suas estâncias, ponderou:

Digo que a felicidade e prosperidade de um Povo depende da direção da estância, que há de prover não somente a subsistência mas todos os recursos para a agricultura, cria de bois, de cavalos e mulas, comissão que exige uma inteligência, uma vigilância e uns

conhecimentos nada vulgares, e por cujo desempenho se deve buscar sempre sujeitos a propósito sem reparar em salários, pois dele depende a ruína ou prosperidade de um povo, e sendo de notoriedade que nenhum índio tem estas qualidades me parece que a prudência não permite pôr-se na contingência de ir experimentando (Museu Mitre. Arm. B, C. 29, P. 1, Nº de Ord. 18. “Representación”. Candelária, 06 de julho de 1804).

Tais considerações, que maldizem as aptidões e iniciativas indígenas na condução de seus assuntos, reiteram que o trabalho dos índios era importante para o estabelecimento de políticas e negócios coloniais. Daí a enorme tendência em subdimensionar a autonomia praticada por eles em suas contínuas movimentações pelo espaço missioneiro, mesmo diante das dificuldades impostas pelas políticas coloniais que buscavam ordená-los e exercer o controle sobre sua mão de obra. Dito em outras palavras, o propósito de tais considerações ou o motivo de levar “minha débil voz até seu trono”, como dizia Santiago de Liniers ao rei espanhol, era:

[...] repetir-lhe que se se concede a estes índios a liberdade e se lhes distribui todas as terras desta Província, excluindo dela espanhóis, ou não tenho conhecimentos dos homens e perdi todo o tempo que dediquei a estudar estes naturais e adquirir tal qual ilustrações, ou se perdem estas Misiones, devendo-se necessariamente para tirar dela as incalculáveis vantagens que prometem, tratar de povoá-las como acima expus, e então tendo os índios modelos que imitar na indústria, economia e vida social, quem consuma os produtos de suas chácaras, único cultivo que entendem, quem empregar e

assalariar em grande número, sem energia nem conhecimentos para ser proprietário, e lhes assegurar sempre sua subsistência e os meios para pagar seus tributos, então, dê-lhes uma boa liberdade e seja cumprido seu supremo desejo de melhorar a sorte destes índios. (Museu Mitre. Arm. B, C. 29, P. 1, N° de Ord. 18. “Representación”. Candelária, 06 de julho de 1804).

Na visão de Liniers, posto que os índios missioneiros não dispunham de energia nem conhecimentos para ser proprietário, era necessário que formassem um corpo de trabalhadores cuja mão de obra pudesse atender às demandas regionais de administradores públicos e particulares. Se os indígenas não se transformassem em trabalhadores capazes de consumir a produção de mercados em expansão naquela época e pagar impostos, ou seja, se a exploração de sua força de trabalho não fosse capaz de movimentar a economia regional, a economia central seria, efetivamente, afetada. Os mais de trinta mil vassalos, de acordo com os seus cálculos, precisavam trabalhar para que os exércitos se pusessem em estado minimamente satisfatório, para que a agricultura e a pecuária fossem impulsionadas, e precisavam pagar impostos para que o real Erário pudesse arcar com as ‘despesas’ administrativas dos povos missioneiros. Quer dizer, diversos tipos e modalidades de prestação de serviços pelos indígenas eram indispensáveis, como pontua Liniers. Porém, seu projeto de militarizar a Província missioneira e defender suas fronteiras não deu certo, tampouco os planos para torná-la mais rica e rentável. As riquezas das terras missioneiras foram utilizadas em conflitos prolongados e confusas disputas políticas nas quais os indígenas interferiram de acordo com as suas experiências e as de seus antepassados.

Se bem que abasteceram portos, movimentaram redes comerciais e engordaram cofres públicos e patrimônios particulares, tais experiências não contribuíram para transformar por completo os indígenas em trabalhadores e soldados disciplinados, tampouco para tornar rica a Província de Misiones.

### **Culturas políticas, relações de trabalho e ascensões sociais**

Embora muitas vezes fossem coagidos a integrar partidas militares e realizar acordos de prestação de serviços com estancieiros, políticos e autoridades do exército, os indígenas usavam tais oportunidades para exercer certa autonomia e controle sobre seus bens e territórios. Ao integrar milícias e exércitos, por exemplo, circulavam por grandes extensões territoriais, colocando em prática um traço marcante de sua cultura, a mobilidade espacial ou a liberdade da qual tratavam inúmeros documentos administrativos, ordens e leis. Certamente, há muitas perguntas que demandam o trabalho de historiadores e historiadoras em arquivos de diferentes países, ainda subaproveitados quando o assunto é articular as histórias de indígenas que viviam em zonas fronteiriças aos distintos projetos e planos políticos de Estados nacionais em processos de formação. Ainda que haja muito a ser pesquisado, é interessante observarmos aqui o quê a experiência de políticos e militares junto aos indígenas nos diz sobre a importância das ações de diferentes grupos étnicos naquele contexto histórico.

Os serviços prestados pelos soldados arregimentados contribuíram significativamente para a expulsão dos exércitos invasores da região, motivo pelo qual Santiago alcançou o mais alto posto político entre os anos de 1807 e

1809, o de vice-rei do Prata. É importante salientar que, entre os soldados, estavam também milícias urbanas, formadas tanto por espanhóis quanto crioulos. Contudo, apesar de serem compostas por alguns membros da elite política, a formação de milícias urbanas e oriundas dos campos foi uma mudança que impactou enormemente setores sociais marginalizados, que constituíram a maior parte dos recrutados. A militarização se converteu num novo meio de vida, como ponderaram Raúl Fradkin e Juan Carlos Garavaglia (2009). O exemplo trazido pelos historiadores é esclarecedor: “(...) os soldados do regimento de pardos e morenos deviam receber uma remuneração mensal de 12 a 14 pesos, retribuição que estava acima daquela que havia sido habitual para os soldados e da que podiam receber em seus empregos habituais, que dificilmente superava os 8 pesos (FRADKIN; GARAVAGLIA, 2009, p. 201). Ainda de acordo com os autores, a valorização de soldados oriundos de setores sociais marginalizados não era casual. Tomando como base as informações trazidas pelas fontes analisadas neste capítulo, a assertiva se fortalece. Os conhecimentos sobre as amplas extensões territoriais da região e sobre a localização de rebanhos, fruto da intensa circulação espacial e mobilização política dos indígenas, ou ainda, sobre os usos de plantas medicinais, adquiridos através de sabedorias ancestrais, fazia com que seus serviços junto às milícias e exércitos regulares fossem extremamente importantes naquele contexto. Se a experiência de setores da elite peninsular e crioula no convívio com grupos sociais marginalizados possibilitou a ocupação de novos cargos políticos pelos primeiros, apresentou-se

também como caminhos para a conquista de uma nova condição social para os segundos.

#### Fontes

- AGNA. Sala IX-18-3-3, Misiones (1803-1804).
- Museu Mitre. Seção de Manuscritos. Arm. B, C. 29, P. 1, N° de Ord. 20. “Diário de operaciones en la Banda Oriental”.
- Museu Mitre. Seção de Manuscritos. Arm. B, C. 29, P. 1, N° de Ord. 18. “Representación al rey pelo capitán de la Real Armada D. Santiago Liniers, sobre as Misiones tapes y guaraníes de las que era gobernador interino”.

#### Referências

- BEVERINA, Juan. **El Virreinato de las Provincias del Río de la Plata: su organización militar**. Buenos Aires: Circulo Militar, Biblioteca del Oficial, 193.
- FRADKIN, Raúl Osvaldo & GARAVAGLIA, Juan Carlos. **La Argentina Colonial: El Río de la Plata entre los siglos XVI e XIX**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2009.
- GONZÁLEZ, Julio César. **Don Santiago Liniers: gobernador interino de los Treinta Pueblos de las Misiones Guaraníes y Tapes (1803-1804)**. Facultad de Filosofía y Letras: Publicaciones del Instituto de Investigaciones Históricas, N.º XCIV. Buenos Aires: Peuser S.A., 1946.
- MAEDER, Ernesto J. A. **Misiones del Paraguay: conflicto y disolución de la sociedad guaraní**. *Madri: MAPFRE, 1992*.
- RICHTER, Daniel K. **Trade, land, power: the struggle for eastern North America**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2013.
- THOMPSON, Edward P. **Senhores & Caçadores: a origem da Lei Negra**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- VÁZQUEZ-RIAL, Horacio. **Santiago de Liniers**. Madrid: Ediciones Encuentros, 2012.

Recebido em 2021-09-15  
Publicado em 2021-10-01